

 GOVERNO DO TOCANTINS SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO		 AUTO DE INFRAÇÃO Nº _____	
1 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO			
RAZÃO SOCIAL			
NOME DE FANTASIA		ATIVIDADE	
ENDEREÇO		CEP	
MUNICÍPIO	ESTADO TOCANTINS		TELEFONE
CNPJ/CPF	I.E/I.M		FAX
2 - LOCAL DA AUTUAÇÃO			
3 - COMINAÇÃO LEGAL			
Às _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano _____, no exercício da fiscalização de que trata a Lei Nº 8.078 (CDC), de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, constatei que o (a) autuado (a) infringiu: () Lei 8.078/90 (...art 4, 6, 7...); Decreto 2.181/97 (...art 3, 9, 12, 13, 36 ao 38...); () Produtos/Alimentos impróprios ao uso e consumo-vencidos,deteriorados, adulterados, avariados etc (art. 18, § 6º, I a III da Lei 8078/90 e Lei 8137/90); () Ausência do CDC (Lei Federal 12.291/10 c/c art.12, 13 do Decreto 2.181/97) () Leitor óptico (art. 7 do Decreto 5.903/06) ; () Precificação (Decreto 5.903/06); () Ausência de Informação sobre os meios de pagamento (art. 31, caput, da Lei 8.078/90); () Vitrine (art. 5 do Decreto 5.903/06 c/c art. 2, I da Lei 10.962/04); () Política de aceitação de Cheque (Lei 8.078/90 art. 39); () Preço Diferenciado - gôndola e caixa (art. 31, 39,inc V da Lei 8.078/90 c/c Decreto 5.903/06); () Publicidade Enganosa (art. 36 ao 39 Lei 8.078/90); () Oferta (art. 30 ao 35, 39 da lei 8.078/90); () Proteção Contratual (art. 46 ao 50 da Lei 8.078/90); () Cláusulas Abusivas (art. 51 ao 53 da Lei 8.078/90); () Contratos de Adesão (art. 54 da Lei 8.078/90; () Práticas Abusivas (art. 39 ao 41 da Lei 8.078/90); () Recusa em prestar informações, entrega de documentos, a demandas fiscalizatórias (art. 33, §2 Decreto 2.181/97); () Recusa em receber e assinar Autos e outros (art. 38, parágrafo único do Decreto 2.181/97); () Bancos - Tempo de espera (Art.1º, parágrafo único da Lei Estadual 3.454/2019 e art 14 e37 da Lei 8.078/90); () Bancos-Caixa de Atendimento ausente de funcionário e outros-Publicidade Enganosa (art.36 ao 39 Lei 8.078/90) c/c Lei Municipal _____ () Atendimento Preferencial (Lei Federal 10.048/00, Decreto 5.296/04) () Ausência de água filtrada para os clientes (Art.1º, caput, da Lei 3.133/2016) () Meia-entrada (Lei 12.933/2013) () Ausência de Informação sobre a origem das carnes comercializadas (Art. 1º da Lei 3.136/2016) () Outros: _____ pela constatação das irregularidades abaixo. Em cumprimento: () Ação Fiscalizatória () Ordem de Serviço n _____ () Denúncia () Força Tarefa			
3.1 - IRREGULARIDADES			
PREENCHIMENTO DA FOLHA DE CONTINUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO			
PREENCHIMENTO DE AUTO DE APREENSÃO ☐ SIM - Auto _____ ☐ NÃO			
4 - IMPUGNAÇÃO			
A impugnação (defesa) escrita deverá ser apresentada no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias (art. 42 e 44 do dec. 2.181/97), contados a partir da data da entrega da 3ª Via deste(s) Auto(s) ao (a). (nome do órgão autuante) _____			
localizado(a) no endereço: _____			
cidade de _____, UF _____		CEP _____	TELEFONE _____
AUTUANTE		AUTUADO (Responsável)	
_____ Assinatura NOME: CARGO: MATRÍCULA: (OU CARIMBO)		RECEBI A 3ª VIA NESTA DATA _____/_____/_____ NOME: CPF/RG: _____ _____ Assinatura	

«APRESENTAR DOCUMENTOS (ATO CONSTITUTIVO OU CONTRATO SOCIAL, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL), SOB PENA DE PRESUNÇÃO DO FATURAMENTO.»
PROCON-TO- Diretoria de Fiscalização: 103 Norte, AV LO 02, Lts. 57/59 -Cep 77001-022 - Palmas/TO Tel (63) 3218-2340

**GOVERNO DO TOCANTINS**

SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE CONSTATAÇÃO**Nº****1 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO**

RAZÃO SOCIAL

NOME DE FANTASIA		ATIVIDADE	
ENDEREÇO		CEP	
MUNICÍPIO	ESTADO	TELEFONE	
	TOCANTINS		
CNPJ/CPF	I.E/I.M	FAX	

2 - LOCAL DA AUTUAÇÃO**3- DISPOSITIVOS LEGAIS INFRINGIDOS**

() Lei 8.078/90 (...art 4, 6, 7...); Decreto 2.181/97 (...art 3, 9, 12, 13, 36 ao 38...);
() Produtos/Alimentos impróprios ao uso e consumo-vencidos,deteriorados, adulterados, avariados etc (art. 18, § 6º, I a III da Lei 8078/90 e Lei 8137/90);
() Ausência do CDC (Lei Federal 12.291/10 c/c art.12, 13 do Decreto 2.181/97) () Leitor óptico (art. 7 do Decreto 5.903/06) ;
() Precificação (Decreto 5.903/06); () Ausência de Informação sobre os meios de pagamento (art. 31, caput, da Lei 8.078/90);
() Vitrine (art. 5 do Decreto 5.903/06 c/c art. 2, I da Lei 10.962/04) ; () Política de aceitação de Cheque (Lei 8.078/90 art. 39);
() Preço Diferenciado - gôndola e caixa (art. 31, 39,inc V da Lei 8.078/90 c/c Decreto 5.903/06);
() Publicidade Enganosa (art. 36 ao 39 Lei 8.078/90); () Oferta (art. 30 ao 35, 39 da lei 8.078/90);
() Proteção Contratual (art. 46 ao 50 da Lei 8.078/90); () Cláusulas Abusivas (art. 51 ao 53 da Lei 8.078/90);
() Contratos de Adesão (art. 54 da Lei 8.078/90); () Práticas Abusivas (art. 39 ao 41 da Lei 8.078/90);
() Recusa em prestar informações, entrega de documentos, a demandas fiscalizatórias (art. 33, §2 Decreto 2.181/97);
() Recusa em receber e assinar Autos e outros (art. 38, parágrafo único do Decreto 2.181/97);
() Bancos - Tempo de espera (Art.1º, parágrafo único da **Lei Estadual 3.454/2019** e art 14 e37 da Lei 8.078/90);
() Bancos-Caixa de Atendimento ausente de funcionário e outros-Publicidade Enganosa (art.36 ao 39 Lei 8.078/90) c/c **Lei Municipal** _____
() Atendimento Preferencial (Lei Federal 10.048/00, Decreto 5.296/04) () Ausência de água filtrada para os clientes (Art.1º, caput, da Lei 3.133/2016)
() Meia-entrada (Lei 12.933/2013) () Ausência de Informação sobre a origem das carnes comercializadas (Art. 1º da Lei 3.136/2016)

4 - CONSTAÇÃO

Às _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano _____, no exercício da fiscalização de que trata a Lei Nº 8.078 (CDC), de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, constatei em cumprimento a:

() Ação Fiscalizatória () Ordem de Serviço n. _____ () Denúncia () Força Tarefa

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE CONTINUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO

O AUTUADO: adequar-se às normas no prazo de _____ (_____) a contar desta data, ou impugná-lo (alínea «e» art.35 do Decreto 2,181/97. No caso de recusa do autuado em assinar o recebimento do auto, o autuante procederá na forma na forma do disposto no art. 38§ único do Decreto 2.181/97.

AUTUANTE _____ Assinatura NOME: CARGO: MATRÍCULA: (OU CARIMBO)	AUTUADO (Responsável) RECEBI A 3ª VIA NESTA DATA _____/_____/_____ NOME: CPF/RG: _____ Assinatura
--	---

«APRESENTAR DOCUMENTOS (ATO CONSTITUTIVO OU CONTRATO SOCIAL , BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRATIVO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO ANUAL), SOB PENA DE PRESUNÇÃO DE FATURAMENTO»

1 - RAZÃO SOCIAL:

2 - CONTINUAÇÃO DO (A)

AUTO DE APREENSÃO / TERMO DE DEPÓSITO Nº _____

Descrição do(s) produto(s):

[illegible]

No caso de recusa do autuado em assinar o recebimento do auto ou da notificação, o autuante procederá na forma do disposto no artigo 38, § único do Decreto 2.181/97.

AUTUANTE

Assinatura

NOME:
CARGO:
MATRÍCULA: (OU CARIMBO)

AUTUADO (Responsável)

RECEBI A 3ª VIA NESTA DATA

NOME:

CPF/RG:

Assinatura



GOVERNO DO TOCANTINS



SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO DE
VISITA

Nº

1 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

RAZÃO SOCIAL

NOME DE FANTASIA		ATIVIDADE	
ENDEREÇO		CEP	
MUNICÍPIO	ESTADO TOCANTINS	TELEFONE	
CNPJ/CPF	I.E/I.M	FAX	

2 - OCORRÊNCIA

Em procedimento fiscalizatório realizado «in loco» junto ao estabelecimento acima identificado, constatamos, até a presente data (___/___/___) e hora (___h___m), que o mesmo atende as exigências consumeristas (Lei federal 8.078/90):

() quanto prefixação, cheque, cartão de crédito, CDC disponível para consulta;

() ao que se refere a Lei Estadual ou Municipal (Bancos) _____

() quanto ao tempo de espera em fila para atendimento e outros);

() As informações são válidas apenas ao setor _____ do estabelecimento;

() Outros: _____

AUTUANTE

Assinatura

NOME:
CARGO:
MATRÍCULA: (OU CARIMBO)

AUTUADO (Responsável)

RECEBI A 3ª VIA NESTA DATA

NOME: _____/_____/_____

CPF/RG: _____

Assinatura



GOVERNO DO TOCANTINS



SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA
SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

AUTO DE APREENSÃO/
TERMO DE DEPÓSITO

Nº

1 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

RAZÃO SOCIAL

NOME DE FANTASIA

ATIVIDADE

ENDEREÇO

CEP

MUNICÍPIO

ESTADO

TOCANTINS

TELEFONE

CNPJ/CPF

I.E/I.M

FAX

2 - LOCAL DA AUTUAÇÃO

3 - COMINAÇÃO LEGAL

Às _____ horas do dia _____ do mês de _____ do ano _____, no exercício da fiscalização de que trata a Lei Nº 8.078 (CDC), de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, faço apreensão do(s) produto(s) abaixo discriminado(s) na(s) quantidade(s) encontrada(s) no local, por infringirem ao(s) disposto(s)

() Lei 8.078/90 (...art 4, 6, 7, 18 §6 inc I); () Decreto 2.181/97 (...art 3, 9, 12, 13, 36 ao 38...); () Lei 8.137/90 (art. 7, inc. I e X);

() Outros: _____

_____, pela constatação das irregularidades abaixo:

4 - DA APREENSÃO

Descrição do(s) produto(s):

Qtde	Gramatura	Produto/Descrição	Lote	Preço	Vcto

Qtde. total apreendida: _____ Qtde. apreendida (amostra) p/ análise: _____

Rações/Finalidade: _____

PREENCHIMENTO DA FOLHA DE CONTINUAÇÃO ☐ SIM ☐ NÃO

5 - TERMO DE DEPÓSITO

Fica(m) apreendido(s) o(s) produto(s) acima, pelo que lavrei o presente auto, em 3 (tres) vias, assinado por mim e o fornecedor, seu mandatário ou preposto, constituído o Sr. _____

qualificado acima, seu fiel depositário, sujeitando-se as penas da lei em caso de infidelidade.

Fica proibida a venda, utilização, substituição ou remoção total ou parcial do(s) bem(ns) acima referido(s) de acordo com o §1 do decreto 2.181/97.

LOCAL DO ARMAZENAMENTO: _____

6 - AUTUANTE

Assinatura

NOME:

CARGO:

MATRÍCULA: (OU CARIMBO)

7- AUTUADO (Responsável)

RECEBI A 3ª VIA NESTA DATA

NOME:

CPF/RG:

Assinatura

8 - TERMO DE RECIBO DE RETIRADA DE PRODUTO (S)

Declaro para os devidos fins de direito, que, nesta data, no exercício legal da fiscalização de que trata a Lei 8.078/90, regulamentada pelo Decreto 2.181/97, retirei o(s) produto(s) especificada no item 4, deste auto de apreensão, para o fim específico de análise pericial, na forma prevista no § 2 do art. 21 do decreto 2.181/97.

Local: _____

Data ____/____/____

Agente Fiscal: _____